

## **TERCEIRO SETOR: a nova ordem social**

Surgiu uma nova ordem social! Qual a razão? Os estudos apontam que a causa decorreu da falência do Estado do bem-estar social, principal provedor de serviços sociais aos cidadãos. A falência do Estado e o apogeu do liberalismo, com a concepção do Estado Mínimo, paralisaram o Primeiro Setor, que é o próprio Estado.

Toda expectativa de melhores serviços sociais foi canalizada para o papel do Estado como órgão regulador desses serviços. A baixa qualidade dos serviços e os seus altos custos só fizeram aumentar a legião dos excluídos e dos desassistidos e cooperando para o crescimento da pobreza e da exclusão social. Milhões de cidadãos tornaram-se órfãos do Estado do bem-estar social, esquecido e enterrado nos escombros deixados pela onda liberal que, tendo começado na Inglaterra, alastrou-se por todo o mundo.

Mal ou bem, o Estado do bem-estar funciona. Pois era o Primeiro Setor que atuava no campo social. Com a apologia do mercado, como Segundo setor, este mostrou a sua verdadeira face: o seu imperioso concentrador de renda, o favorecimento das elites, a promoção da desigualdade social e a exclusão social.

Agora, o que fazer? Os movimentos sociais, as organizações não-governamentais (ONG's), as igrejas e os cidadãos mobilizaram-se para criar uma nova ordem social. É o advento de uma mudança radical nas relações entre o Estado, as empresas e a sociedade civil.

De acordo com a literatura sobre a temática em questão, esta “nova ordem social” tem as seguintes características:

- . predomínio da ação comunitária sobre a ação estatal e empresarial;
- . mudanças profundas nas relações do cidadão com o governo;
- . surgimento de uma nova concepção de Estado;
- . substituição da prevalência dos interesses corporativos pela hegemonia do interesse social;
- . surgimento de novas instituições sociais;

- . redução da influência da burocracia estatal e expansão da influência das entidades comunitárias;
- . abertura de novos canais de reivindicações sociais; e
- . emergência de redes de solidariedade social.

A atuação de um Estado grande e de um Governo forte é substituída pelo surgimento de uma ação comunitária, atuante, reivindicatória e mobilizadora. À ação estatal ineficiente, precária e insuficiente, porque não atende às demandas sociais da população, sobrevém uma ação comunitária capaz de prover o cidadão dos serviços sociais básicos. Conseqüentemente, começa a desenhar-se a reconfiguração de um governo mais fraco, mais susceptível às influências da sociedade civil.

Neste novo cenário social, cresceu a conscientização e a educação para a cidadania, para o quê, agora, o indivíduo não mais depende do Estado. A própria pessoa pode exigir esse caráter de cidadão, pois sabe que à falta de um provedor legal de cidadania, pode contar para isso com os serviços comunitários. Através desses serviços, o cidadão conhece os seus direitos, faz valê-los na mediação dos conflitos com o Estado e as empresas, para obter emprego e os serviços essenciais.

Assim emerge uma nova concepção do Estado. Não mais burocrático totalizante, do bem-estar social e nem tampouco, o Estado Mínimo dos liberais. Depara-se, pois, com um novo Estado, inserido no novo pacto social. Um Estado comprometido com a sociedade civil, cujo papel dominante deve ser o exercício pleno do seu poder social, regulando os excessos do mercado, das empresas inescrupulosas, dos burocratas perdulários e corruptos; regulamentando serviços prestados pela iniciativa privada; realizando investimentos sociais; e, atuando em parceria com as empresas e a sociedade civil na busca de soluções duradouras para a eliminação do déficit social.

Para atuar neste novo cenário, surgem outras instituições sociais: entidades filantrópicas, entidades de direitos civis, movimentos sociais, ONG's, organizações sociais, agências de desenvolvimento social, órgãos autônomos da administração pública descentralizada, fundações e instituições sociais das empresas.

Como bem explica Hudson (1999), “este setor está atualmente ganhando confiança. Numa época em que muitas organizações do setor público são vistas como inadequadas para lidar eficientemente com os problemas sociais de hoje em dia, o terceiro setor acha-se apto para exercer um papel mais amplo, pois consegue juntar administração com consciência social - justamente as características necessárias para enfrentar alguns dos problemas sociais mais profundamente enraizados com que se defrontam países industrializados e em desenvolvimento”.

Tais entidades, juntamente com o Estado e a sociedade civil, constituem, de fato, o que se denomina de Terceiro Setor. Reconhecendo-se a grande influência dessas entidades de natureza comunitária, as quais, como entidades de base praticam esse novo modelo de gestão.